

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário da Manhã

Class.: 152

Data: 05/08/82

Pg.: _____

CASO CARAJÁ

Índio quer agora uma indenização de Cr\$ 1 milhão

O índio karajá Horeste, que teve mais de mil quilos de peixe apreendidos e leiloados pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semago) não se dará por vencido enquanto não conseguir uma indenização de Cr\$ 1 milhão, para pagar as despesas que teve com a pescaria. Revoltado com o "abuso de autoridade" da Semago, ele disse ontem, na redação do DIÁRIO DA MANHÃ, que ficou com "tanta raiva" que nem procurou o responsável pela apreensão, Leolídio Caiado. No entanto, continuará pressionando a Funai, em Brasília, para que receba o dinheiro.

Horeste reafirmou que tinha autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) para pescar na Ilha do Bananal e comercializar os peixes em Goiânia. Segundo ele, foram confiscados 800 quilos de tucunaré, 400 de pintado e 300 de barbado, que seriam vendidos em feiras livres de Goiânia pelo preço de Cr\$ 400 o quilo. O índio, que não se considera emancipado, ao contrário da opinião de Leolídio Caiado, acusou a Semago de receber dinheiro de pescadores e deixá-los com os peixes. "Só não paguei a tal multa porque não tinha dinheiro", reclamou.

O índio informou ter gastado quase Cr\$ 1 milhão na viagem, com despesas do aluguel do caminhão,



Horeste vai procurar hoje o presidente da Funai, em Brasília

de gêneros alimentícios e do pagamento dos cinco ajudantes que contratou. Essa foi sua primeira e última pescaria com fins comerciais, porque "as injustiças são demais. Agora, até a Sema passa por cima da Funai".

Ele reclamou também da inconstância da Sema, que lhe doou algumas redes, tomou de volta e depois devolveu. No dia da apreensão, o superintendente do órgão, Leolídio Caiado, teria alegado que a autorização da Sudepe (que Horeste entregou à Funai) não era legal, pois ele estava fora da reserva. "Assim não dá para entender", disse.

Leolídio dá explicações sobre leilão de peixes

O presidente da Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Goiás, Leolídio Caiado, informou que o trabalho da Funai, do IBDF e da Sudepe, entre outros órgãos que defendem a fauna e flora brasileira, vem sendo muito mal compreendido pelos leigos no assunto. Ele disse que ocorreu interpretação equivocada sobre o leilão dos 612 quilos de peixe, confiscados pelos fiscais da Semago, na Ilha do Bananal, e garantiu que a importância de Cr\$ 112 mil, proveniente do leilão, será repassada para o índio Horeste.

No seu entendimento, muitos pescadores das cidades usam os índios para desenvolver as suas pescarias. "É o que se deu há pouco com inúmeros pescadores que haviam saído de Goiânia, com um caminhão alugado, tendo um índio entre eles (financiado

por uma peixaria) e se encontravam pescando no rio Javaé, braço direito da Ilha do Bananal", disse Leolídio.

Ele qualificou esses pescadores "como espertalhões do asfalto", informando que, se tais pessoas continuarem usando o índio para a pesca comercial, os rios não resistirão e o peixe será extinto. "Os trabalhos que defendem os elementos naturais são difíceis, porque, na realidade, os residentes no asfalto quase não conhecem o que seja a defesa da natureza", assegurou.

Ao explicar o leilamento dos peixes, ele disse que os "trabalhos às vezes são praticados com energia, em cumprimento dos deveres, mas justamente para haver uma certa disciplina e nunca o esmorecimento, a facilidade e a corrupção".